CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em Única Lº 30
Por: Unanimidade
Plenário: 19 / 10 / 22

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. José Gonçalves
1º Secretário

CÂMARA
MUNICIPAL DE SANTARÉM

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE PARLAMENTAR DO VEREADOR AGUINALDO PROMISSÓRIA - UB

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº.288 /2022.

Senhor Presidente,

SOLICITANDO DO SOBERANO PLENÁRIO VOTOS DE APLAUSOS AO EX-DEPUTADO FEDERAL– SENHOR HILÁRIO MIRANDA COIMBRA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, através do vereador abaixo assinado, usando de suas atribuições deliberadas no Regimento Interno deste Poder, após os tramites legais, que seja manifestado **VOTOS DE APLAUSOS** ao **Senhor HILÁRIO MIRANDA COIMBRA, pelos seus reconhecidos serviços prestados a nossa coletividade quando na função de deputado Federal, dando início no Congresso Nacional sobre a criação do Estado do Tapajós .**

JUSTIFICACAÇÃO – A PRESENTE MOÇÃO TEM POR OBJETIVO HOMENAGEAR E AGRADECER PUBLICAMENTE, ALÉM DE RECONHECER O CIDADÃO E HOMEM PÚBLCIO HILÁRIO MIRANDA COIMBRA, pelos seus relevantes serviços prestados ao longo de sua existência ao município de Santarém, seja como homem público e empresário.

Hilário Miranda Coimbra nasceu em Belém no dia 12 de maio de 1950, filho de Hilário Mendes Coimbra e de Lucimar de Miranda Coimbra.

Iniciou curso de administração de empresas na Universidade Federal do Pará (Ufpa) em 1969, diplomando-se em 1972. Em seguida, de 1975 a 1976, foi diretor do Clube de Diretores Lojistas e da Associação Comercial de Santarém (PA). Mais tarde, em 1988, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo sido fundador do diretório de Santarém. Ainda em 1988, assumiu a presidência do Sindicato Rural (patronal) de Santarém, nela permanecendo até 1991.

Em outubro de 1990 candidatou-se a deputado federal. Eleito, foi empossado em fevereiro do ano seguinte, integrando as comissões de Economia, Indústria e Comércio, de 1991 a 1992, e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, em 1992. Em 29 de setembro desse ano, votou a favor da abertura do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, acusado de crime de responsabilidade por ligações com um esquema de corrupção liderado pelo ex-tesoureiro de sua campanha presidencial, Paulo César Farias. Collor foi afastado da presidência logo após a votação na Câmara e renunciou ao mandato em 29 de dezembro de 1992, pouco antes da conclusão do processo pelo Senado Federal. Com a renúncia, foi efetivado na presidência o vice Itamar Franco, que já vinha exercendo o cargo interinamente desde 2 de outubro.

Em 1993, Hilário Coimbra participou da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior e, no ano seguinte, da Comissão de Viação e Transportes. Foi ainda membro das comissões mistas sobre a realização do plebiscito para definir forma e sistema de governo, em 1992, e de planos, orçamentos públicos e fiscalização, em 1994.

Votou a favor da emenda que criava o Fundo Social de Emergência (FSE), que permitiria ao governo retirar recursos de áreas como saúde e educação para ter maior liberdade na administração das verbas, e em contrapartida votou contra o fim do voto obrigatório e contra a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), de 0,25% sobre transações bancárias.

Nas eleições de outubro de 1994, foi reeleito na legenda do PTB. Empossado em fevereiro do ano seguinte, integrou as comissões do Orçamento e de Viação e Transportes. Em 1995, por ocasião da votação das emendas à Constituição a serem regulamentadas por lei, votou a favor do fim do monopólio estatal das telecomunicações e da Petrobras na exploração do petróleo; da permissão a embarcações estrangeiras para operar no transporte de carga e passageiros entre os portos do país; e do fim das diferenças legais entre empresas nacionais e estrangeiras. No mesmo ano, foi vice-líder do bloco Partido da Frente Liberal (PFL)-PTB.

Em abril de 1996, criticou o fato de não ter havido uma resposta da Procuradoria Geral da República às denúncias feitas no ano anterior no Senado, de que o senador Jáder Barbalho, líder do PMDB-PA, teria cometido irregularidades nas duas vezes em que ocupou o governo do estado (1983-1987 e 1991-1994). Em junho seguinte, votou a favor da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que substituiu o IPMF, taxando as transações bancárias como forma de arrecadar recursos para a área da saúde.

Nas eleições municipais de outubro de 1996, candidatou-se à prefeitura de Santarém pelo PTB, mas não teve êxito. Ainda nesse ano, integrou como titular as comissões de Economia, de Fiscalização e de Relações Exteriores. Em janeiro/fevereiro de 1997, foi favorável à emenda da reeleição para presidente, governadores e prefeitos. Em novembro seguinte, pronunciou-se favoravelmente à quebra da estabilidade do servidor público, item da reforma administrativa. Integrou, no mesmo ano, a Comissão da Amazônia.

Em outubro de 1998 tentou o terceiro mandato consecutivo de deputado federal, dessa vez na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas não foi bem-sucedido. Em novembro seguinte, votou a favor do teto de 1.200 reais para aposentadorias no setor público e do estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para o setor privado, itens que definiram a reforma da previdência. Em janeiro de 1999, ao término da legislatura, deixou a Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que Hilário Coimbra foi um dos grandes baluartes pela luta do Estado do Tapajós quando deputado.

Nas eleições de 2002, candidatou-se novamente a uma vaga na Câmara pelo Pará na legenda do PTB e obteve uma suplência.

Que desta decisão seja dado conhecimento ao nosso homenageado

Sala das sessões, Plenário do Palácio Tapajós em de agosto de 2022.

AGUINALDO PROMISSÓRIA
Vereador – União Brasil